Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde
E-ISSN: 2764-2550
DOI: https://doi.org/10.29327/269776.2.1-2
https://revista.ghc.com.br/

O que temos recolhido sobre os encontros com as residências em saúde e os desafios na formação para o SUS?

Maria Paula Cerqueira Gomes [1]
José Carlos Lima de Campos [2]
Flávia Fasciotti Macedo Azevedo [3]

Não seria possível escrever este editorial dedicado à publicação das experiências e dos conhecimentos produzidos nos programas de residências multiprofissionais em saúde a não ser a partir da conversa entre um coletivo, a partir de um texto escrito a várias mãos. Justamente no desafio de um trabalho coletivo, a coordenação de um programa de residência multiprofissional, que esta escrita tem lugar. Aqui, nos orientamos pelo que temos recolhido em nosso percurso nos últimos doze anos no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ) acompanhando os processos subjetivos da formação.

Larossa Bondia (2002), a partir do conceito de experiência, nos ajuda a refletir sobre a formação nos programas de residência e sobre seu caráter distintivo em relação a outras propostas formativas. Ao longo da nossa história, a aposta sempre foi a de que a formação na residência em saúde ocorre no mundo do trabalho, ele é o lugar privilegiado da aprendizagem. Dessa forma, a experiência, a subjetividade e a problematização do vivido são conceitos e noções centrais e em conexão, que precisam ser processados e trabalhados ao longo de todo o percurso formativo.

Nesses anos temos sido testemunhas de que os processos de aprendizagem se dão com base nos encontros entre os trabalhadores e os usuários, nas práticas de cuidado e em tantos outros acontecimentos próprios do mundo, que invadem a vida produzida na saúde. O entendimento de que a aprendizagem se dá na experiência deve ser uma direção inegociável para a sustentação dos projetos políticos pedagógicos (PPP) dos programas de residência, uma vez que os sujeitos se produzem em relação a certas problematizações e no interior de certas práticas e no mundo.

A partir desse olhar, levantamos algumas provocações que vão ao encontro dos textos reunidos neste volume, reafirmando a riqueza e a diversidade das experiências dos programas de residência orientados no Sistema Único

[1] Professora do Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Membro do Colegiado da Coordenação do Programa de Residência em Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Professora do Mestrado Profissional – MEPPSO – IPUB/UFRJ e do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia do Instituto de Psicologia da UFRJ - EICOS.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5811-3302
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8236646328497987
E-mail: paulacerqueiraufrj@gmail.com

[2] Enfermeiro do Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Mestre em Enfermagem – EEAN/UFRJ. Membro do Colegiado da Coordenação e Professor Colaborador do Programa de Residência em Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia do Instituto de Psicologia da UFRJ.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5731-2414
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6679776930782953
E-mail: josecarlos@ipub.ufrj.br

[3] Psicóloga. Mestre em Psiquiatria e Saúde Mental – Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Membro do Colegiado da Coordenação e Professor Colaborador do Programa de Residência em Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria da UFRJ.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3131-3280
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6822425815552203
E-mail: flaviafasciotti@gmail.com

de Saúde (SUS) e para o SUS. No entanto, estas provocações, só ganham sentido se elas conseguem se tornar dispositivos que produzam um movimento de desaceleração do tempo, um gesto de interrupção do já visto, do sabido, do ouvido, do lido, do vivido. Ao interromper o fluxo automático dos processos de fazer, abre espaço para um convite a olhar de novo as situações e certezas naturalizadas nas diferentes ações de formação que se inscrevem nos programas de residência.

Essas ações, na sua dimensão ético-política, devem se tornar um trabalho que nos impeça de ser sempre os mesmos. Um trabalho construído com todo coletivo de coordenadores, residentes, tutores, preceptores, trabalhadores de saúde, usuários e demais pessoas que integram o percurso formativo deste coletivo. Afinal do que se trata um projeto de formação de profissionais para o SUS? O que de fato é uma residência em saúde? Quais conceitos e direções as orientam? Em que medida os projetos políticos pedagógicos (PPP) se aproximam ou se afastam dessas direções?

Esse conjunto de questões/provocações é, sem dúvida, para nós, um campo de problematização do qual nunca podemos nos afastar. É fundamental que essas questões nos acompanhem a cada movimento dos programas para que de fato possamos nos interrogar se aquilo que temos como direção de trabalho se transforma em trabalho vivo, em ato, capaz de ao tomar o vivido como motor do processo de aprendizagem, fabricar novas tecnologias de cuidado, tantas quanto forem necessárias para ampliar as capacidades de pensar, de sentir e de agir como nos diria Espinoza.

De partida, cabe interrogar os sentidos de se afirmar uma formação compromissada com o SUS. O sistema único de saúde caracteriza-se por uma política inclusiva, solidária e universal, destinada a acolher todos os cidadãos tendo como princípios e diretrizes: a universalidade, a equidade, a integralidade, a descentralização, a participação da população e a organização de redes de atenção à saúde. Os programas de residência, assim como as demais ações de formação de profissionais de saúde, precisam tomar como base essas diretrizes e, a partir delas, construir seus desenhos de ação. Seus princípios precisam se tornar conceitos ferramentas operadores da assistência, da gestão e, por conseguinte, da formação.

Não se trata de uma estratégia de formação qualquer, ela demanda a construção de ferramentas pedagógicas, com base na educação permanente, capazes de fabricar tecnologias de cuidado que qualifiquem as redes de atenção, produzindo e ampliando a acessibilidade e garantindo a efetivação do SUS.

É um compromisso com a formação para e nessas redes de atenção considerando a realidade da população. Um programa de residência tem como missão ético-política estar atento o tempo todo aos desafios atuais da sociedade e às novas questões emergentes.

Na nossa experiência, por exemplo, tem sido necessária uma permanente contratualização com os serviços e com os cenários de prática, nas escolhas de seus processos de trabalho de modo a nos mantermos porosos a novas temáticas, inserindo os residentes em novos contextos. A realidade, de fato, precisa ser orientadora do processo formativo além de apontar uma direção que qualifique

os profissionais para as transformações sociais do nosso tempo. Isso implica, da mesma forma, em revisitar constantemente o PPP.

Uma segunda provocação consiste em pensar onde se dá a aprendizagem. A aposta é a de que ela se consubstancia a cada vez, no encontro entre todos os partícipes desse processo. Assim, coordenadores, tutores, preceptores, residentes, usuários e profissionais de saúde, todos esses, ensinam e aprendem ao considerarem a experiência cotidiana e a produção do cuidado, em suas várias frentes, como força motora para a aprendizagem. Isso porque a aprendizagem pela experiência não se processa espontaneamente ou automaticamente.

Por fim, provocamos a reflexão sobre os desafios de formar profissionais em um sistema de saúde tão atacado e precarizado. Como formar, em uma realidade social tão violenta?

Vivemos atualmente um momento político de grande tensão cujos efeitos recaem sobre os equipamentos públicos, afetando diretamente o nosso sistema de saúde. Cotidianamente atacado, questionado e efetivamente desmontado, o SUS, enquanto política pública de saúde, vem sofrendo tais impactos, que colocam em risco sua sustentação e o funcionamento de suas redes de atenção à saúde (RAS). Essa precarização não escapa às relações com o trabalho, às organizações não governamentais e ao trabalhador. A ausência de concursos públicos e a possibilidade de descontinuidade do atendimento ao usuário também podem ser mencionadas como evidências do desmonte ao SUS.

Nesse contexto adverso, mais do que nunca é preciso ter clareza do que nos orienta e da missão inerente ao um programa de residência. É fundamental reconhecer que fazemos parte de um movimento de resistência, que defende a transformação social, em vários âmbitos da sociedade. Todos nós, profissionais da área, aprendemos no decorrer da nossa formação que saúde não significa ausência de doença, apenas, mas que os processos de produção demandam necessariamente novas sustentações sociais. No momento atual percebe-se que, frequentemente, muito da sustentação do cuidado aos usuários tem sido fruto do compromisso ético dos profissionais de saúde bem como da parceria e da sustentação de determinadas experiências formativas.

Para além dos hospitais-escola, a vida e a formação revelam-se distantes das condições ideais. Formar em saúde requer incluir a gestão dos riscos, a imprevisibilidade e a precariedade como motores desse processo. A formação se processa na vida, nos serviços, nos equipamentos, nos territórios e nas suas redes e não em cenários onde há o controle ou a simulação de todas as variáveis que interferem nesse processo formativo. Há uma torção pedagógica importante a ser conduzida: formar na vida, no mundo — e não para a vida, para o mundo. A realidade é fabricada a cada intervenção do sujeito no mundo e assim se dá a formação, o aprendizado.

Nessa direção, não se deve perder de vista o formar incluindo as fragilidades e as precariedades como elementos para a produção de tecnologias de resistência e de enfrentamento capazes de interferir nessa realidade e de disputar outras narrativas que garantam, a partir das tecnologias de cuidado produzidas, que toda a vida valha a pena! Não se trata de banalizar a dureza da realidade, a

precariedade ou muito menos de humanizá-las, mas de fabricar intercessores, agentes da transformação, visando a produção de acessibilidade e a potencialidade do cuidado.

Educar/ formar consiste em "transver o mundo", como nos diz o poeta Manoel de Barros (1996). Transver o mundo não se confunde com mera resolução de problemas, ao contrário, requer invenção, criação de outros mundos e práticas possíveis a serem disputados.

Desejamos boa leitura!

REFERÊNCIAS

BARROS, Manuel. *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro: Record; 1996.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, [*s. l.*], n. 19, jan.-abr., 2002. DOI: 10.1590/S1413- 24782002000100003.

DELEUZE ,Gilles. *Espinosa Filosofia Prática*. São Paulo, editora escuta 2002.

Como referenciar este artigo (ABNT):
GOMES, Maria Paula Cerqueira; CAMPOS, José Carlos Lima de; AZEVEDO, Flávia Fasciotti Macedo. O que temos recolhido sobre os encontros com as residências em saúde e os desafios na formação para o SUS?. *Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 05-08, 2022.